
A questão da marcação linguística da não binariedade*

José Luiz Fiorinⁱ

Resumo: Depois de apresentar as condições histórico-sociais que estão na base da reivindicação de uma linguagem neutra, isto é, que não dê a entender que o mundo se organiza apenas em masculino e feminino e, por isso, expressa um gênero neutro ao lado dos gêneros já existentes na língua, este trabalho expõe o que é gênero gramatical e como ele se organiza e se manifesta em indo-europeu, em latim, em português e em inglês. Em seguida, mostra a simplicidade da criação de uma linguagem neutra em inglês e a complexidade para fazê-lo em português, pois, naquela língua, o gênero é marcado apenas pela referência pronominal na terceira pessoa do singular dos pronomes pessoais e possessivos, enquanto, nesta, o gênero é assinalado pela referência pronominal, pela concordância nominal e pela flexão de gênero. Essa mudança, apesar de complexa, pode ser feita e não vai acabar com o português, mas, ao contrário, vai mostrar sua força e sua potência de, como toda língua, acolher nele as transformações sociais.

Palavras-chave: gênero gramatical; neutro; concordância nominal; referência pronominal; flexão.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2022.203775>.

ⁱ Professor Associado (aposentado) do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, Brasil. E-mail: jolufi@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0721-7192>.

Introdução

Vivemos um tempo de grandes transformações e de profundas mudanças. Apesar da reação da extrema-direita, estamos em um momento de derrubada de fronteiras, de valorização das margens, de descentramento, de alteridade, de heterogeneidade, de mestiçagens e de imigrações, de recusa da pureza marcada pelos velhos padrões. Esse ar do tempo leva ao aparecimento no espaço público de identidades que, até então, não tinham voz e que eram ignoradas, ridicularizadas ou perseguidas. Tudo isso tem consequências linguísticas.

Quando as mulheres passaram a ocupar um espaço que lhes era sonogado, começou-se a recusar a marcação do genérico pela forma masculina e, então, fortaleceu-se o uso das formas masculinas e femininas, dizendo-se, por exemplo, “Bom dia a todas e a todos”. Esse uso da linguagem, que busca não invisibilizar as mulheres, é o que se chama linguagem inclusiva ou não sexista.

Surge agora a questão da linguagem não binária ou neutra, ou seja, uma linguagem que não seja caracterizada pela marcação de gênero, que considere as pessoas em geral sem referência a mulheres e homens, ou que marque a não binariedade. Assim, o objetivo da chamada linguagem neutra é mostrar que um determinado sexo ou gênero social não é a norma. Para isso, propõe-se a criação de um gênero neutro ao lado dos já existentes masculino e feminino. Gênero social refere-se a uma construção sociocultural que atribui certos papéis, comportamentos, formas de expressão, atividades e atributos considerados como adequados ao significado dado às características biológicas do sexo. Por essa acepção, gênero e sexo não se substituem. Cabe lembrar ainda que gênero e orientação sexual são coisas diversas. O primeiro diz respeito ao modo como cada indivíduo se entende e se expressa no mundo, o que é, como já se disse, uma construção cultural, que abarca comportamentos, maneiras de expressar-se, atividades, atributos. O segundo concerne às tendências afetivo-sexuais predominantes em cada pessoa.

Essa concepção de gênero tem consequências linguísticas, o que desencadeou um apaixonado debate. Os que recusam a marcação de um gênero neutro consideram que se trata de um ataque ao idioma, que deveria ser preservado tal como nos legou a tradição.¹ Os que apoiam essa marcação argumentam que palavras dotadas de gênero excluem os que não se identificam nem com o masculino nem com o feminino e servem para eternizar estereótipos sexistas.

O debate é candente e, cada vez mais, as chamadas formas neutras tendem a ser usadas. Recentemente, o Presidente da Argentina, Alberto Fernández, dirigiu-se à população de seu país, dizendo “argentines”.

Evidentemente, os que acham que esse uso conspurca e ameaça o idioma não têm razão, dado que uma língua está em perpétua mudança e não se pode nunca evitar que esse fato ocorra. Aliás, deve-se deixar claro que um linguista

¹ Cf., por exemplo, *Folha de S. Paulo*, on-line, 23 e 24/7/2021.

analisa as formas existentes da língua e não cabe a ele prescrever comportamentos linguísticos, assim como não cabe a um botânico determinar quais exemplares da flora são ou não aceitáveis. Por outro lado, sabemos que a linguagem pode servir de veículo para perpetuar estereótipos, para machucar, para humilhar. Ela não somente é determinada por nossa cultura, mas também constrói para nós maneiras de representar, o que significa que ela estabelece as expectativas de como as pessoas devem ser. Analisemos melhor essa questão.

Roland Barthes, em sua aula inaugural no Collège de France, vinculou as formas linguísticas à questão do poder (1980). Com isso, demonstrou a natureza intrinsecamente política das línguas.

O semiólogo francês mostra que o “objeto em que se inscreve o poder é a linguagem ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua” (BARTHES, 1980, p. 12). O poder reside na língua, porque ela é uma classificação e “toda classificação é opressiva” (BARTHES, 1980, p. 12). A partir daí, Barthes formulou uma ideia, que é repetida sem cessar: “A língua, como desempenho de toda a linguagem, não é reacionária, nem progressista; ela é simplesmente fascista, pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (1980, p. 14). Barthes usa a palavra “fascista” num sentido particular: o que obriga a dizer. Com efeito, a língua, na medida em que é uma categorização do mundo, uma maneira de vê-lo, obriga-nos a representar a realidade com suas categorias, só se pode falar com elas. Se disséssemos que a língua é reacionária ou progressista, estaríamos afirmando que ela é um lugar de poder e um de contrapoder. No entanto, só pode haver liberdade fora da linguagem e, ao mesmo tempo, ela é um lugar fechado, que não nos permite situar-nos no seu exterior (BARTHES, 1980, p. 15-16). Se a língua é o lugar da submissão do indivíduo, de sua sujeição, então é o lugar por excelência da inscrição do poder.

Uma língua como o português divide os seres do mundo em masculinos e femininos. Para sair desta maneira de dizer, podemos eliminar a categoria de gênero da língua ou criar outros gêneros, um neutro, por exemplo. Caso contrário, estamos obrigados a ver o mundo dentro dessa divisão. A língua pode ser um espaço de disputa. Criar uma nova categoria gramatical ou eliminar uma já existente fazem parte dessa confrontação em torno dos usos das línguas.

O que é o gênero gramatical? Os linguistas dizem que o gênero é uma categoria gramatical que se destina a repartir os nomes em classes nominais de acordo com certas propriedades formais: referência pronominal; concordância nominal (ou verbal); afixos nominais (prefixos, sufixos ou desinências). Assim, o gênero seria similar à conjugação, que divide os verbos em classes. No entanto, não se podem aproximar essas duas categorias tão simplesmente, porque à categorização que depende de propriedades formais se associa uma categoria semântica, que dá uma representação aos objetos do mundo. No caso do português, coliga-se aos atributos formais a categoria sexo (macho e fêmea) nos seres sexuados. Essa questão será mais bem analisada. Por enquanto, notemos que essa combinação de traços dá um valor social à marcação de gênero e, portanto, essa categoria não pode ser considerada apenas por suas propriedades formais, embora essas devam ser levadas em conta quando se pensa na complexidade de realizar a mudança pretendida pelos defensores de uma linguagem não binária.

Quando se defende a ideia de uma linguagem neutra, o que se quer é neutralizar o gênero desfazendo sua referência ao par homem/ mulher por meio de formas que sirvam para todos os gêneros, ou criar um novo gênero que indique o que está fora das categorias de gênero existentes.

A função da linguística, como se disse, é observar, descrever e explicar os fatos linguísticos que ocorrem em situações de fala, sem moralizações ou prescrições. No entanto, é também da esfera da linguística, examinando a história da língua, analisar as perspectivas de desenvolvimento de uma mudança em curso. Para isso, começaremos por estudar a questão do gênero gramatical.

1. O gênero gramatical

O termo gênero (latim *genus, generis*) tem uma significação bastante geral: “classe, tipo, categoria”. O gênero é uma categoria gramatical que serve para dividir os nomes (substantivos, adjetivos e pronomes) em classes mórficas. O primeiro ponto a anotar é que o gênero como categoria gramatical é “logicamente independente de qualquer associação semântica particular que se pudesse estabelecer entre o gênero de um substantivo e as propriedades físicas, ou outras, das pessoas ou objetos por elas denotados” (LYONS, 1979, p. 299). O segundo ponto é que, na maioria das línguas que têm gênero gramatical – “definido como uma classificação de substantivos pela referência pronominal ou pela concordância” (LYONS, 1979, p. 299) –, existe uma associação semântica entre o gênero e alguma propriedade “natural”, que pode variar muito de língua para língua. Pode ser o sexo, a forma, o fato de ser ou não comestível, a cor, etc. (LYONS, 1979, p. 299).

Deve-se sublinhar que, linguisticamente, o gênero implica, pelo menos, uma das três propriedades formais seguintes: referência pronominal, concordância e marcação por afixos. Assim, ele é uma categoria gramatical que tem um valor relacional: indicar, mediante a concordância, a vinculação do adjetivo e do pronome com o substantivo.

1.1 O gênero no indo-europeu e em latim

Em indo-europeu, o gênero é uma categoria flexional apenas para o adjetivo, que apresenta três gêneros: masculino, feminino e neutro. Nos nomes, o gênero é uma categoria derivacional para os motivados e inerente para os imotivados. Assim, para os substantivos, há uma oposição entre animados (masculinos vs. femininos) e inanimados (neutros) (HAUDRY, 1994, p. 34-35). Para Martinet, o gênero surge, quando há concordância, isto é, quando existe redundância (1986, p. 189).

É preciso compreender bem o que significa inanimado. Numa concepção animista do mundo, os nomes de árvores eram femininos, sem dúvida porque elas eram vistas como seres femininos, já que dão origem aos frutos (MARTINET, 1986, p. 191). É o que ocorre em latim: *ficus* (figueira); *pirus* (pereira); *malus* (macieira), *pomus* (árvore frutífera). Nessa língua, os frutos eram neutros: *ficum*, *pirum*, *malum*, *pomum* (fruto).

Em latim, os gêneros eram três: masculino, feminino e neutro.² Em princípio, os animados repartiam-se em masculinos e femininos, expressando a diferença de sexo (por exemplo, *lupus* [lobo]/ *lupa* [loba]), enquanto o neutro era associado ao traço inanimado ou genérico. O gênero é indicado mais pelo comportamento, pela natureza da redundância depois do tema dos substantivos e de seus determinantes (adjetivos e pronomes) e menos por sua relação com o gênero “natural”. Assim, pela concordância havia quatro classes de gêneros:

1. masculinos: *dominus* (senhor), *focus* (fogo, lar), *ventus* (vento), *puer* (menino), *poeta* (poeta)... *magnus* (grande);
2. femininos: *casa* (casa), *domina* (senhora), *pirus* (pereira), *arbor* (árvore)... *magna* (grande);
3. neutros: *templum* (templo), *cornu* (chifre), *tempus* (tempo)... *magnum* (grande);
4. comuns de dois gêneros: *civis romanus* (cidadão romano)/ *civis romana* (cidadã romana).

O neutro apresentava, morfológicamente, a característica do sincretismo do nominativo e do acusativo, que, no plural, eram marcados pela desinência –a. Isso significava que o sujeito neutro nunca era marcado pelo traço de agentividade, assinalada pelo morfema do nominativo. Embora se diga que o neutro marcava seres inanimados, há animados neutros (por exemplo, *vulgus* [multidão]; *animal* [animal], *caput* [no sentido de “ser humano”]), referindo-se a coletivos ou à espécie, o que mostraria uma sorte de inanimação. Por isso, talvez seja melhor dizer que eram considerados neutros os elementos cujo sexo não interessa ao falante, o que, nos inanimados, se funde com sua ausência.

As oposições de gênero tinham um rendimento funcional muito reduzido (*dominus/ domina*; *locus* [lugar]/ *loci* [plural coletivo “lugares não contíguos”]); *locus/ loca* (plural não coletivo “terras limítrofes, comarca”); *pirus/ pirum*.

Os adjetivos dividiam-se em duas classes. Os de primeira classe têm uma forma para o masculino (tema em –o), uma para o feminino (tema em –a) e uma para o neutro (tema em –o): *bonus, bona, bonum*. Os de segunda classe (tema –e) podem ser, quanto à expressão do gênero, uniformes (*felix*), biformes (*brevis, breue*) ou triformes (*celeber, celebris, celebre*), ou seja, ter uma, duas ou três formas no nominativo singular.

A história do gênero, na passagem do latim às línguas românicas, compreende o desaparecimento do neutro e as mudanças operadas nas classes de distribuição dos temas dos substantivos.

Na Península Ibérica, os casos desapareceram muito cedo, restando apenas o acusativo, o que levou a uma identidade entre o neutro e o masculino *templu(m)/servu(m)*.

² Os dados do latim foram retirados de Iordan e Manoliu, 1972, p. 209-224.

Isso ocorreu também nos adjetivos de primeira classe, os que tinham tema em -o para o masculino e o neutro, bem como tema em -a para o feminino: *bonu(m)*.

O desaparecimento do neutro deve-se a fatores diversos. Entre as razões não linguísticas, podem-se citar o abandono da concepção animista e a ruptura entre a divisão conceptual em gêneros e a divisão gramatical. Entre os motivos linguísticos, estão a queda das consoantes finais e a identidade de tratamento das vogais finais, bem como a redução dos casos mórficos, que levam, como se mostrou acima, a uma identidade entre o masculino e o neutro. A desinência específica do neutro plural (-a) foi substituída, no português, pelo -s, porque tinha a mesma estrutura fônica que o formante do feminino singular, que, no latim, era a marca da primeira declinação e que, embora contivesse alguns nomes masculinos, como *nauta* (marinheiro), *poeta* (poeta), *agricola* (agricultor), indicava, principalmente, nomes femininos, e do gênero feminino nos adjetivos de primeira classe. O reforço nas distinções de número se deu em detrimento das diferenças de gênero.

A manutenção da distinção masculino e feminino também se deve a fatores extralinguísticos e linguísticos. Entre os primeiros, avulta o fato de que, do ponto de vista semântico, marcava-se a distinção de sexo. Por isso, a diferença flexional de gênero, que tinha baixo rendimento funcional em latim, cresceu muito nas línguas românicas. Entre as causas linguísticas, destaca-se o fato de que o tratamento da vogal -a é distinto do das outras vogais, o que permitiu que o feminino tivesse uma distribuição diferente da do masculino, principalmente no que tange aos adjetivos. A maioria dos adjetivos do português é biforme: *soberbo/soberba; invejoso/invejosa; bonito/bonita*. Com isso, o masculino diferencia-se do feminino, ao menos, pelo seu comportamento no sintagma substantivo + adjetivo. Os substantivos comuns de dois gêneros mostram a variação no determinante (*o/a pianista; o/a estudante*).

1.2 O gênero em português

O português conservou do latim apenas os gêneros masculino e feminino, redistribuindo os neutros, bem como alguns substantivos masculinos e femininos³. Na passagem do latim para o português, o neutro plural foi interpretado como um coletivo singular, o que criou uma oposição masculino/feminino: o masculino provém do neutro singular, como *lĭgnu* > lenho, *brachiu* > braço, *övu* > ovo, *fructu* > fruto; o feminino, do neutro plural, como *lĭgna* > lenha, *brachia* > braça, *öva* > ova, *fructa* > fruta.

O neutro não existe em português como categoria gramatical. Restaram dele alguns vestígios, em casos bem específicos: a) pronomes demonstrativos: *aquilo, isto, isso*; b) pronomes indefinidos: *tudo, nada, algo*; c) certas palavras de sentido pluralício, que hoje são consideradas femininas: *vestimenta, ferramenta, lenha, braça, ova, fruta*; d) adjetivos na forma não marcada de masculino, como determinantes de substantivos usados em sentido geral: *É proibido entrada, É*

³ A exposição sobre o gênero em português fundamenta-se, basicamente, em Camara Jr. (1969, p. 61-64; 1970, p. 78-82, e 1975, p. 75-88).

necessário paciência, Fruta é *bom* para a saúde; e) adjetivos na forma não marcada de masculino, qualificando um infinitivo: É *doce* e *honroso* morrer pela pátria.

A categoria do gênero é ambígua e complexa. No caso dos seres do reino animal a distinção masculino/feminino coincide com a oposição dos sexos, diferenciando-os em machos e fêmeas. No entanto, essa distinção não é feita sempre. Temos, de um lado, os termos chamados, em nossa gramática, sobrecomuns, que fazem referência a seres humanos, sem distinção de gênero, mesmo que se refiram a pessoas de sexos diferentes; *a criança, a testemunha, o indivíduo, a vítima, a criatura, o cônjuge, o algoz, o carrasco, a sentinela, o verdugo*. De outro, temos os epicenos, que fazem referência aos animais não humanos, sem diferença de gênero: *a cobra, a águia, a formiga, a baleia, a borboleta, a mosca, a pulga, a sardinha; o tigre, o besouro, o condor, o crocodilo, o gavião, o polvo, o rouxinol, o tatu*. Pode-se, para os epicenos, quando houver interesse, diferenciar o sexo, usando as palavras *macho* e *fêmea*. Todos os substantivos têm gênero e, por isso, o gênero não está associado, necessariamente, ao sexo.

Os designativos de coisas, embora não sejam sexuados, às vezes, distinguem-se em masculinos e femininos com base em outras associações semânticas, indicando o feminino, por exemplo: a) coletivo: *o guarda* (pessoa encarregada de velar ou cuidar)/*a guarda* (grupo de pessoas encarregadas da segurança); b) diversidade de emprego: *o grama* (unidade de massa)/*a grama* (tipo de vegetação rasteira); c) dimensão: *o barco/a barca*; d) delicadeza da fatura e especialização: *o jarro/a jarra*. O feminino indica sempre uma especialização em relação ao masculino: *o lenho* (peça de madeira cortada da árvore)/*a lenha* (peça de madeira usada para queimar).

A maioria dos nomes de coisas tem gênero único, completamente arbitrário, como se comprova observando os gêneros em idiomas aparentados, como o português e o francês: *o mar/la mer; as artes marciais/les arts martiaux*.

O substantivo em português não tem necessariamente marca de gênero. Ele explicita-se pela forma de toda uma série de adjetivos, em que o masculino é marcado com -o e o feminino com -a (*aberto/aberta*). Os adjetivos com tema em -e não distinguem entre masculino e feminino (por exemplo, *breve, grande, triste, feliz*). Além disso, as línguas românicas criam uma classe gramatical para indicar a definitude, o artigo. Ele também marca o gênero em português (*o/a; um/uma*). Isso significa que o grande marcador de gênero é a concordância.

Só há flexão de gênero, quando se puder fazer uma oposição entre a marca do feminino -a e a ausência de marca para o masculino -o; *lobo/loba; menino/menina; mestre/mestra; autor/autora; senhor/senhora; espanhol/espanhola; freguês/freguesa*⁴. Nesse caso, suprime-se a vogal do tema e acrescenta-se a desinência do feminino. Nos outros substantivos, não há flexão de gênero. A diferença entre os gêneros é de natureza lexical e não flexional. Isso significa que, em *rosa, artista* e *poeta*, não há marca de feminino, há apenas a vogal final de um tema. A mesma coisa acontece com os substantivos não terminados em -a átono: *o sofá, o jabuti, o jequitibá, o fubá, o pequi, a juriti*.

⁴ Não apresentam flexão de feminino os derivados em -ês que funcionam como adjetivos (*cortês, montês, pedrês*): *homem cortês/mulher cortês*.

Na formação do feminino, há uma série de alterações morfofonêmicas: a) supressão da vogal átona do tema nominal com o acréscimo da desinência do feminino: *menin(o) + a = menina, mestre/ mestra*; b) desnasalização da vogal com travamento nasal, quando fica em hiato com o acréscimo da marca do feminino: *bom: bo(N)/bo + a* (isso ocorre também nos nomes em -ão que correspondem teoricamente a um -om: *leitão/leitoa*); c) na classe dos aumentativos em -ão, transformação do travamento nasal em consoante -n na sílaba seguinte: *valentão > valentona*; d) supressão da vogal do tema, sem acréscimo da desinência -a nos nomes em -ão com tema em -o: *órfão/órfã, são/sã* (isso ocorre também nos nomes em -ão que têm uma forma teórica -am: *alemão/alemã*); e) ditongação do hiato -ea no feminino dos nomes em -eu, com uma alternância vocálica complementar de /e/ para /ɛ/, depois da supressão da vogal do tema: *européu/europeia*.

Ainda há, na formação do feminino, uma alternância vocálica /o/ /ɔ/: *formoso/formosa*. Essa alternância é a única marca no par *avô/ avó* e seus compostos.

Nos substantivos, a oposição também pode ser feita não pela flexão, mas pelo emprego de um vocábulo derivado para um dos gêneros: a) com sufixo -ês + desinência -a para o feminino: *duque/ duquesa; conde/ condessa; diácono/ diaconisa; príncipe/ princesa* (o radical é reduzido a *princi-*); b) com a forma feminina do sufixo -inha: *galo/ galinha; rei/ rainha*; c) com o sufixo -ão para indicar o masculino: *ladra/ ladrão; lebre/ lebrão; perdiz/ perdigão*. Há ainda uma oposição lexical (sufixos -dor e -triz) para o masculino e o feminino: *embaixador/ embaixatriz; imperador/ imperatriz* (existem, com outro sentido, as formas *embaixadora* e *imperadora*).

Usam-se também radicais distintos para criar uma oposição masculino/feminino: *homem/ mulher; bode/ cabra; cavalo/ égua*.

Segundo Mattoso Camara, temos três casos para os substantivos: a) substantivos com um único gênero: *a tribo, o planeta, a flor, o colibri*; b) substantivos com dois gêneros sem flexão: *o/a intérprete; o/a mártir*; c) substantivos de dois gêneros com flexão: *o cantor/ a cantora; o aluno/ a aluna; o infante/ a infanta* (1970, p. 82).

A referência pronominal é feita pelos pronomes pessoais retos e oblíquos de terceira pessoa; pronomes possessivos; pronomes demonstrativos e pronomes indefinidos. Há nos pronomes substantivos um vestígio do neutro para fazer referência a coisas: *isto, isso, aquilo, algo*; há também pronomes indefinidos específicos para fazer referência a pessoas: *alguém, ninguém, outrem*.

O que é notável no uso da categoria de gênero é que os falantes nativos do português não cometem “erros” na concordância de gênero, exceto em casos de oscilação do gênero (por exemplo, *o/a soja*). Isso é notado por estrangeiros, mesmo os que têm bom domínio do português:

Aprendi o Português já marmanjo. Comecei aos 17 anos com um curso de "imersão" no terceiro científico do Colégio Imaculada Conceição em Dourados, Mato Grosso do Sul. Como todos os adolescentes que viajam para países estrangeiros, o meu aprendizado inicial foi informal. Entre as primeiras 100 palavras que

conheci, 40 deviam ser obscenas ou, no mínimo, de uso pouco recomendado em reuniões finas.

Isso faz quase 20 anos. Desde então, seja no Brasil, seja nos EUA, continuo estudando. Uma segunda língua a gente não domina completamente, por mais que se esforce. Nunca é, nem nunca será, igual à língua "mãe".

Mesmo assim, acho o Português um idioma relativamente fácil de aprender. [...] É possível saber como se formam os tempos verbais, quando se usa cada preposição. A ortografia tem uma base fonética. Até a acentuação, por mais que mude, obedece a um esquema racional.

Hoje em dia, depois de dois ou três "drinques", fico até eloquente na língua de Camões. Não sou nenhum Ruy Barbosa, é verdade. Mas escrevo sem maiores dramas, vou em festas sem dar vexames e os meus filhos pararam de me corrigir.

A única faceta da língua que não consigo dominar (e temo que nunca conseguirei) é o masculino e o feminino.

Para um estrangeiro orgulhoso do seu português, não há nada pior do que ser interrompido no meio de uma frase longa, complexa e bem torneada, justo na hora que começa a impressionar as mulheres, com uma correção do tipo: "é o planeta". No caso, o estrangeiro em questão se vê obrigado a breca o discurso de repente, engolir várias palavras e quebrar o raciocínio para perguntar "como?". Ao que o interlocutor prestativo inevitavelmente responde: "planeta é masculino".

Se for um pouco mais erudito acrescentará, de quebra: "vem do grego". Nisso, a plateia começa a dar risadinhas, muda-se de assunto e, como se não bastasse, o nosso gringo ainda terá de agradecer a correção. [...]

Mas cá entre nós, esse negócio de masculino e feminino é complicado. [...] O problema de dar sexo às palavras, para o estrangeiro pelo menos, é que é impossível adivinhar os gêneros de algumas delas. [...] Os brasileiros todos podem confundir uma concordância verbal ou deixar escapar uma "meia gordinha", mas muito dificilmente trocam o gênero de uma palavra.

Todas as línguas, ao que parece, têm umas armadilhas feitas especialmente para pegar gringo. Em português, é claro, passam pela questão do sexo (SHIRTS, 1995, C2).

Embora nem todas as observações de Matthew Shirts possam ser abonadas por um linguista, seu texto mostra como a categoria do gênero faz parte integrante do sistema da língua.

1.3 O gênero em inglês

O inglês tem três gêneros: masculino, feminino e neutro. O gênero é inerente ao substantivo, que, nessa língua, corresponde mais ou menos à classificação dos sexuais em machos e fêmeas e dos inanimados em neutros. Essa correspondência não é perfeita: por exemplo, *ship* (navio), os nomes de navios e, às vezes, de carros podem ser tratados como femininos; *moon* (lua) é feminino.

No entanto, o gênero desempenha um papel menos importante em inglês do que em português. Em primeiro lugar, não há concordância de gênero; em

segundo, não há flexão de gênero. Há apenas alguns casos de derivação sufixal para a formação do feminino: *prince* (príncipe)/*princess* (princesa); *waiter* (garçom)/*waitress* (garçonete); *baron* (barão)/*baroness* (baronesa); *duke* (duque)/*duchess* (duquesa); *marquis* (marquês)/*marchioness* (marquesa); *count* (conde)/*countess* (condessa); *actor* (ator)/*actress* (atriz); *god* (deus)/*goddess* (deusa); *lion* (leão)/*lioness* (leoa); *host* (anfitrião)/*hostess* (anfitriã); *executor* (executor)/*executrix* (executora); *prosecutor* (promotor público)/*prosecutrix* (promotora pública); *hero* (herói)/*heroine* (heroína). Muitas vezes, as marcas do feminino são empréstimos de línguas estrangeiras: *sultan* (sultão)/*sultana* (sultana); *czar* (czar)/*czarina* (czarina).

Quando interessa indicar o sexo, podem-se usar *male* e *female* ou adicionar *man* ou *maid* para pessoas, *he* ou *she* para animais e *cock* ou *hen* para aves: *manservant* (criado)/*maidservant* (criada); *he-bear* (urso)/*she-bear* (ursa); *cock-pigeon* (pombo)/*hen-pigeon* (pomba); *cock-pheasant* (faisão)/*hen-pheasant* (faisã).

A diferenciação de gênero faz-se, de fato, apenas por referência pronominal: distinguem-se os gêneros na terceira pessoa do singular dos pronomes pessoais retos (*he/she/it*); dos pronomes pessoais oblíquos (*him/her/it*); dos pronomes possessivos adjetivos (*his/her/its*); dos pronomes possessivos substantivos (*his/hers*).

2. A linguagem não binária

A linguagem não binária é o uso de uma linguagem que reconhece a existência de identidades que não se identificam nem com o masculino nem com o feminino. Nesse caso, trata-se de um neutro referente aos seres sexuados.

Como o gênero não tem em inglês a mesma importância que tem em português, é mais simples criar uma linguagem não binária em inglês. Basta usar formas pronominais que não tenham referência genérica ou palavras que não façam referência ao sexo, mas sejam neutras em relação a ele. Assim, usam-se as formas do plural (*they, them, their*), em que não há diferença de gênero, com o valor do singular, o que não é estranho ao inglês, já que *you, your, yours*, pronomes pessoais e possessivos de segunda pessoa, indicam tanto o singular quanto o plural. Além disso, trocam-se as palavras que fazem referência a homem e mulher por palavras que denotem as pessoas em geral. Assim, substituem-se *man* e *woman* por *person* ou *individual*; *mankind* por *humanity* ou *humankind*; *man* (em sentido genérico) por *people* (pessoas, gente), *human beings* (seres humanos) ou *humans* (humanos); *mother* e *father* por *parents*; *man-made* por *artificial*; *manning* (tripulação) por *staffing* (pessoal) ou *running* (administração); *business man* (homem de negócios) por *business person* ou *executive*; *chairman* (presidente) por *chairperson*; *camera woman* (operadora de câmera) por *camera operator*; *authoress* (autora) por *author* ou *writer* (escritor); *workman* (trabalhador) por *worker*; *salesman* (vendedor) ou *saleslady* (vendedora) por *sales representative* (representante comercial); *fireman* (bombeiro) por *firefighter*; *freshman* (novato) por *first-year student* (estudante de primeiro ano); *policeman* (policial) por *police officer*; *mailman* (carteiro) por *mail carrier* ou *letter carrier* (portador de correio ou de carta); *common man*

(homem comum) por *average person* (pessoa comum); *airline steward* ou *stewardess* (comissário de bordo/ aeromoça) por *flight attendant*; *waiter* (garçom) ou *waitress* (garçonete) por *server* (servidor) ou *wait staff* (equipe de garçons); *ladies and gentlemen* por *folks* (gente) ou *everybody* (todo mundo); *boyfriend* (namorado) ou *girlfriend* (namorada) por *partner* (parceiro) ou *significant other* (companheiro). Uma vez que se use um termo que não faça referência ao sexo, a neutralidade está criada, porque não há concordância para remeter ao gênero.

Como a referência pronominal é, de fato, a única marca gramatical de gênero, um falante do inglês, ao falar sobre a linguagem neutra, faz referência a ela. Diz, por exemplo, Emma Corrin: “Infelizmente, a sociedade funciona de forma binária. Por isso é tão importante chamarmos as pessoas pelos pronomes nos quais elas se reconhecem” (SAMPAIO; CERQUEIRA, 2022, p. 60). Sam Smith pontua: “Os pronomes com os quais me identifico são *they/them*”. “Entendo que haverá muitos erros e desentendimentos, mas tudo o que peço é que, por favor, tentem” (SAMPAIO; CERQUEIRA, 2022, p. 61).

Em português, criar uma linguagem não binária não é impossível, mas apresenta complexidades que não existem em inglês. Apresentá-las-emos, bem como aquelas que existem no uso da linguagem inclusiva. Em primeiro lugar, o gênero neutro, conforme se propõe na linguagem não binária, refere-se aos sexuais, um neutro não existente nas línguas indo-europeias, em que o neutro, em geral, indicava os seres inanimados. Isso significa que, se, para os não sexuais, continuamos a operar dentro da lógica masculino/ feminino, continuaremos a ver o mundo dividido nesses dois gêneros. Em segundo lugar, usar @ ou x no lugar das desinências de masculino e feminino, não serve para indicar a categoria neutra, porque, como esses elementos não indicam nenhum fonema da língua, só servem para a linguagem escrita e não para a linguagem oral, que é a modalidade por excelência de expressão linguística.

Não basta usar termos neutros, como “pessoa”, “seres humanos”, “representante comercial”, etc., porque a concordância indicará o gênero do substantivo. Por exemplo, a utilização de “ser humano” em lugar de “homem” (*O homem é mortal/ O ser humano é mortal*) continuará a operar dentro da lógica do gênero, pois “ser humano” é masculino. Nesse caso, pode-se dizer que o que é preciso é alterar a desinência dos adjetivos, usando o -e, para marcar o neutro: *peças bonitas; representante comercial produtiva*. Entretanto, uma questão logo se apresenta. Os adjetivos de tema em -e têm apenas uma forma para o masculino e o feminino e, portanto, não indicam o neutro, mas o masculino e o feminino: *peças tristes, felizes, inteligentes, doentes*. A desinência -e, como marca do neutro, só serviria para os adjetivos em -o/a. Isso também diz respeito aos substantivos comuns de dois com tema em -e: *agente, estudante, contribuinte*⁵. Nesse caso, diz-se que a forma indicaria, além do masculino e do feminino, também o neutro, o que apresenta um certo inconveniente, pois a

⁵ Luiz Carlos Schwindt observa, que, nos nomes com sufixo -nte, resquício do participio presente latino que sobrevive no português como morfema derivacional responsável por formar nomes a partir de verbos, os que têm maior distanciamento do verbo admitem com mais facilidade a forma feminina (*presidente/presidenta*), enquanto os que indicam maior proximidade com o verbo não aceitam as formas femininas (*estudante/estudanta; contribuinte/contribuinta*) (2020, p. 14).

desinência -e é indicativa do neutro e poderia haver uma confusão na marcação dos gêneros.

Não se devem usar os termos *masculino* e *feminino* ou *homem* e *mulher*: “traços masculinos/traços femininos”, mas simplesmente “traços”; “profissões femininas/masculinas”, mas “profissões”; “trabalho de mulher/de homem”, mas “trabalho”; “coisas de mulher/de homem”, mas “coisas”; “assunto de mulher/de homem”, mas “assunto”. Se isso, de um lado, elimina certos estereótipos; de outro, continua a operar, com a concordância, dentro da lógica dos gêneros. Da mesma forma, utilizar palavras que representam a coletividade e não indivíduos (por exemplo, “a juventude” em lugar de “os jovens”; “pessoas beneficiárias” em vez de “beneficiários”, “diretoria” em substituição a “os diretores”; “classe política” em vez de “os políticos”, “população indígena” em lugar de “os índios”, “poder judiciário” em substituição a “os juizes”)⁶. Os termos indicadores de coletividade continuam a operar dentro da lógica do gênero pela concordância, pela flexão ou pela referência pronominal.

Outra questão concernente à concordância é o gênero em que se coloca o adjetivo que concorda com palavras de gênero diferente. Hoje, usa-se o masculino com valor genérico: *O ouro e a prata são valiosos*. Poder-se-ia dizer que esse problema não existe, pois se podem usar as diferentes formas na concordância. É o que se faz, por exemplo, para eliminar o masculino com valor genérico: *os professores e as professoras são dedicados/as*. Isso, de certa forma, contraria o princípio da economia linguística. Por isso, essa maneira de fazer a concordância é mais usada na modalidade escrita da linguagem, em que se podem fazer correções após o texto estar pronto. Na modalidade oral, não é impossível, mas é muito difícil fazer essa operação. Muitas vezes, os partidários da linguagem neutra sugerem que possa ser usado na concordância qualquer um dos gêneros (por exemplo: *As meninas, os meninos, ês meninas são discretos* ou *discretas* ou *discretes*). No entanto, isso contraria a ideia mesma de concordância.

A desinência neutra na flexão de gênero é -e: *alune, garote, moce, maride, espose, funcionárie, médique, amigue*, etc. Para os substantivos masculinos terminados em consoante que fazem o plural em -es, sugere-se o singular em -e e o plural em -ies: *professor/professore; professores/professories; trabalhador/trabalhadore; trabalhadores/trabalhadories; administrador/administradore; administradores/administradories; juízes/juízies; deuses/deusies*. Isso não resolve a questão dos nomes de tema em -e. Luiz Carlos Schwindt, ao estudar a naturalidade das marcas neutras no sistema do português, observa que essa marca em -ies é pouco natural em português e está sujeita à monotongação, o que tornaria o plural neutro idêntico ao plural masculino: *professoris* (2020, p. 6-7). Os nomes em -ão fazem também o neutro em e: *irmãe*. Os nomes em -ão que fazem o feminino em -ona têm a forma neutra em -e a partir do feminino: *valentone, chorone*.

É mais simples marcar o neutro nos pronomes e artigos, pois constituem classes fechadas, embora as questões concernentes à concordância permaneçam. Das várias sugestões apresentadas, parece que a que funciona melhor, do ponto de vista da simetria com as formas pronominais existentes na língua, é o

⁶ Os exemplos de linguagem neutra foram colhidos na internet.

chamado sistema “*elu*” e não, por exemplo, os sistemas “*ile*” ou “*el*”: *elu, estu, essu, aquelu*. Para manter a harmonia do sistema as formas deveriam ser paroxítonas: *êlu, êstu, êssu, aquêlu*, uma vez que é essa a acentuação dos pronomes masculinos e femininos. Os pronomes pessoais oblíquos de terceira pessoa *o* e *a* têm a forma neutra *e*. Os pronomes que distinguem o masculino do feminino por *-o* e *-a* têm a terminação neutra em *-e*: *minhe, tue, nosse, vosse, outre, tode, quante, pouque*, etc. O artigo definido neutro é *ê* (o acento circunflexo serve para distingui-lo do *e* conjunção: de novo, mistura-se a modalidade escrita com a oral) e o indefinido é *ume*. Os numerais neutros são *ume* e *dues*.

Os partidários da linguagem não binária sugerem ainda reformular as frases, para que elas sejam mais inclusivas e menos sexistas, trocando, por exemplo, “Se os policiais tivessem uma formação melhor, o racismo diminuiria” por “Se tiver uma melhor formação, a polícia será menos racista”. Embora haja um sentido mais abstrato e coletivo na segunda frase, não se percebe bem o ganho de substituir uma por outra e aí se começa a operar no modo do exagero que presta um desserviço à causa da indicação de uma identidade não binária. Nada é pior para uma boa causa do que uma má defesa.

Conclusão

A criação de um gênero neutro para referir-se aos seres sexuados não binários é uma mudança linguística possível, mas muito complexa, do estrito ponto de vista do funcionamento linguístico, dado o papel que a categoria de gênero tem no português, expressando-se pela concordância, pela flexão e pela referência pronominal. A mudança precisa operar nesses três elementos linguísticos. No entanto, a língua tem a capacidade de moldar-se às mudanças sociais, de incorporar a expressão de transformações sociais. O uso da linguagem não binária não é “uma ameaça à língua”, como diz um articulista da *Folha de S. Paulo* (DERRITE, 2021, n. p.), uma vez que a mudança é inerente à língua. No entanto, não se trata de “poucas formas de uso limitado”, de “poucas palavras e letras”; não é verdade “que formas neutras se restringem a pouquíssimos termos que, ainda assim, têm uso infrequente em comparação ao todo do conjunto e são predominantes entre falantes escolarizados que vivem em regiões urbanas” e “que não se trata de mudança linguística”, como pretende outro articulista do mesmo jornal (BORBA, 2021, n. p.). Trata-se sim de uma mudança linguística, complexa para ser implementada: a criação de um novo gênero na língua. Entretanto, essa mudança, apesar de complexa e complicada, pode ser feita e não vai acabar com o português, mas, ao contrário, vai mostrar sua força e potência de, como toda língua, acolher nele as transformações sociais por meio dos mecanismos de mudança linguística. ●

Referências

- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- BORBA, Rodrigo. O projeto de lei que proíbe a linguagem neutra deve ser aprovado no Congresso? NÃO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/07/o-projeto-de-lei-que-proibe-a-linguagem-neutra-deve-ser-aprovado-no-congresso-nao.shtml>. Acesso em: 24 set. 2022.
- CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- DERRITE, Capitão. O projeto de lei que proíbe a linguagem neutra deve ser aprovado no Congresso? SIM. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/07/o-projeto-de-lei-que-proibe-a-linguagem-neutra-deve-ser-aprovado-no-congresso-sim.shtml>. Acesso em: 24 set 2022.
- HAUDRY, Jean. *L'indo-européen*. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- IODAN, Iorgu; MANOLIU, Maria. *Manual de lingüística românica*. Madri: Gredos, 1972.
- LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- MARTINET, André. *Des steppes aux océans: l'indo-européen et les «indo-européens»*. Paris: Payot, 1986.
- SAMPAIO, Jana; CERQUEIRA, Sofia; BARROS, Duda Monteiro de. Nem ele nem ela: os não binários ganham espaço e voz na sociedade. *VEJA*, São Paulo, n. 2744, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/nem-ele-nem-ela-os-nao-binarios-ganham-espaco-e-voz-na-sociedade/>. Acesso em: 24 set. 2022.
- SAMPAIO, Jana; CERQUEIRA, Sofia. Linguagem neutra fura a bolha e move polêmica que foi parar no STF. *VEJA*, São Paulo, n. 2773, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/linguagem-neutra-fura-a-bolha-e-move-polemica-que-foi-parar-no-stf/>. Acesso em: 24 set. 2022.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1–23, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i1.1709. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>. Acesso em: 14 set. 2022.
- SHIRTS, Matthew. O Estado de S. Paulo, 8/4/1995, C2.

Remarks on linguistic markedness of non-binarity

 FIORIN, José Luiz

Abstract: This paper reviews grammatical gender and how it is structured and expressed in Indo-European, Latin, Portuguese, and English. Such review is introduced by a discussion of the social and historical conditions that give rise to the claim for a neutral language, that is, a language that does not assume the world as simply organized in masculine and feminine, but one that includes a neutral gender. By reviewing how grammatical gender is structured in different languages, this paper shows how creating a neutral language in English is relatively simple, while it is relatively complex in Portuguese. In the former, gender is marked solely by third person singular personal and possessive pronouns. In the latter, gender is also marked by noun agreement and gender inflection, in addition to pronominal reference. The creation of a neutral language in Portuguese, although complex, can be implemented and that will not ruin the language. Rather, such creation will show how Portuguese, as every language, has the strength and power to embrace social transformations.

Keywords: grammatical gender; neutral gender; noun agreement; pronominal reference; gender inflection.

Como citar este artigo

FIORIN, José Luiz. A questão da marcação linguística da não binariedade. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18, n. 3. São Paulo, dezembro de 2022. p. 1-14. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

FIORIN, José Luiz. A questão da marcação linguística da não binariedade. *Estudos Semióticos* [online], vol. 18.3. São Paulo, December 2022. p. 1-14. Retrieved from: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Data de recebimento do artigo: 02/05/2022.

Data de aprovação do artigo: 23/05/2022.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

